

O CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL E A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO DE NOVE ANOS¹

Daiane de Sousa Campos

Aluna do 4º período de Pedagogia/CAMEAM/UERN

Deyse Negreiros De Oliveira

Aluna do 4º período de Pedagogia/CAMEAM/UERN

Maria Imaculada Moreira Bessa

Aluna do 4º período de Pedagogia/CAMEAM/UERN

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Débora Maria do Nascimento

Resumo

Nesse artigo iremos apresentar uma análise sobre o referencial curricular que foi elaborado para suprir as necessidades do Ensino Fundamental de nove anos, se este realmente foi elaborado e como é cumprido. Pretendemos através deste estudo, identificar como os docentes foram preparados para aderirem ao projeto de ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos, se receberam alguma capacitação, investigando quais as mudanças dos conteúdos curriculares ensinados no 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos. Para isso foi realizado um estudo exploratório, sobre a percepção dos docentes com relação às implicações no currículo criado para o ensino fundamental de nove anos. O espaço de investigação foram duas escolas municipais da cidade de Pereiro – CE, com cerca de três docentes que lecionam no 1º ano e dois coordenadores pedagógicos da referida cidade com o intuito de verificarmos a real situação do ensino acerca dessa transformação. Através de entrevistas e também de questionários nos foi permitido o levantamento de opiniões dos sujeitos sobre diversos aspectos dessa implantação e a comparação dos saberes dos professores a respeito.

Palavras chave: Ensino Fundamental de nove anos. Currículo. Prática Pedagógica.

¹ Artigo resultante de pesquisa exploratória realizada no Componente Curricular “Currículo” no quarto período do Curso de Pedagogia/CAMEAM/UERN.

1. Introdução

A ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos impõe a necessidade de adequações nos currículos do ensino fundamental, uma vez que a entrada do aluno com 6 (seis) anos na escola implica novas demandas de forma que esta se adeque as especificidades do desenvolvimento da criança nessa faixa etária. Baseados nas Leis Federais Nº. 11.114/05, que instituiu o início da obrigatoriedade do ensino fundamental aos seis anos de idade, e a de nº 11.274/06, que ampliou a duração do ensino fundamental para nove anos, com matrícula obrigatória aos seis anos, realizaremos um estudo acerca do que mudou no currículo e na prática pedagógica a partir dessa reordenação do tempo de duração do ensino fundamental nas escolas brasileiras, vamos procurar fazer uma sondagem acerca desse novo ensino, com a finalidade de averiguar se o mesmo está sendo realizado como é esperado e se esta dando o resultado almejado tanto pela sociedade, quanto pelos próprios órgãos responsáveis pela elaboração de tal currículo. Para isso utilizaremos Barbosa (2003), Bertini et, all. (2008), Beauchamp, Godoy (2009) dentre outros autores que discutem essa questão do currículo.

Este estudo dá continuidade à investigação realizada nas Práticas Pedagógicas Programadas II, quando investigamos sobre: “O ensino fundamental de nove anos e suas implicações no trabalho docente”, então, principalmente, motivada pela perspectiva de atuação nesta área de ensino. Além disso, os referenciais teóricos trabalhados no componente “Currículo” nos propiciaram um interesse em particular para direcionar nosso estudo neste âmbito, pois compreendemos que o currículo é um projeto que condiciona e é condicionado pelo contexto social, político e cultural e que, ao serem implantados novos reordenamentos para o espaço e tempo da escola trazem implicações para a vida da escola e dos sujeitos nela envolvidos.

Assim os estudos realizados no componente Currículo nos mostraram que existe a necessidade de toda instituição de ensino possuir uma base curricular adequada a sua realidade e construída com base nos PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS /PCNS² (1997), esse referencial curricular foi elaborado para subsidiar as escolas e os professores na elaboração de suas propostas pedagógicas e projetos de ensino.

Segundo o Plano Nacional da Educação (PNE), implantar progressivamente o Ensino Fundamental de nove anos, pela inclusão das crianças de seis anos de idade, tem duas

² Parâmetros Curriculares Nacionais - São referências de qualidade para os Ensinos Fundamental e Médio do país, elaboradas pelo Governo Federal.

intenções: “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade”. Em outras palavras, o objetivo desta política pública afirmativa de equidade social é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla.

Com isso, buscaremos aprofundar nossas discussões nesse âmbito curricular deste ensino, para continuar construindo nossos conhecimentos acerca deste assunto, que é tão importante e tão presente no cotidiano dos profissionais da educação e de nós mesmos enquanto acadêmicos de Pedagogia.

2. Aspectos metodológicos

A pesquisa em questão estabelece o seguinte problema: Como o docente se adaptou a mudança para o novo currículo do ensino de 8 para 9 anos? Neste modelo de educação de 8 para 9 anos, quais as implicações ocorridas no material didático proposto pelos novos parâmetros curriculares? Mas enfim, na prática ocorreu esta mudança ou esta somente ficando na teoria para se ganhar créditos políticos? Para responder os objetivos da pesquisa foram utilizados como procedimentos metodológicos, a Pesquisa de Campo, o método qualitativo e quantitativo. As formas utilizadas para a investigação foram dotadas de acordo com análise de entrevistas, onde buscamos compreender a real situação em que o (a) docente enfrenta para conseguir realizar suas aulas de acordo com as cobranças que são feitas pelo MEC, pela própria Secretaria de Educação do município e pelo governo e como ele se adequa a essa mudança em específico. Para isso entrevistamos a três docentes que lecionam no 1º ano do ensino fundamental, onde ambas possuem licenciatura em Pedagogia, uma possui 43 anos de idade e esta em sala de aula há 15 anos, à outra 35 anos e leciona à 12 e a última 46 e ensina à 20 anos.

Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, as entrevistas se pautaram nas seguintes temáticas: Ensino de nove anos, saberes docentes, formação, informação, ensino-aprendizagem, currículo remodelado, dentre outros.

3. O Currículo na escola do ensino fundamental de nove anos: a percepção dos docentes

Ao analisarmos os dados adquiridos através de entrevistas e questionários percebemos que o que se encontra nos documentos oficiais do Ministério da Educação e Cultura/MEC e o que realmente acontece na realidade das escolas e dos professores são totalmente diferentes, percebemos que ocorreram muitos erros na execução deste novo ensino, os professores não foram informados necessariamente como deveriam, ficaram apenas sabendo desta mudança. Ocorreu uma capacitação para eles no referido município, organizada pela Secretária de Educação do mesmo, pois estes se preocuparam como os professores iriam agir agora em cima desta mudança, mas ao longo das entrevistas percebemos que tal formação não abrangeu as necessidades dos docentes, deixando muitas lacunas a respeito do assunto, pois a maioria dos docentes nem se lembrar de tal capacitação lembraram, a mesma foi feita em 2010 no início do ano letivo, no planejamento coletivo com todos os docentes da rede municipal de ensino do referido município, segundo os coordenadores entrevistados.

A partir daí o que foi enviado foram documentos para a escola informando o ocorrido, mostrando que esta mudança foi feita visando uma maior adequação no nível do ensino, a fim de melhorar a educação, aumentando os anos de permanência do aluno na escola, parafraseando o ensino de países desenvolvidos que já garantem o aluno na escola fundamental até seus 14 anos de idade, afirmamos isso baseado em nosso estudo anterior quando elaboramos um projeto a respeito intitulado “Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos: Estamos Preparados?”. Assim, seria necessário um currículo diferenciado, onde as necessidades dos alunos que estão ingressando mais cedo no E.F, fossem supridas, assim foram oferecidas as escolas um livro intitulado “A criança de seis anos, a linguagem escrita e o Ensino Fundamental de Nove Anos”, direcionado para orientar professores e diretores, na hora de lidar com as crianças de seis anos no 1º ano do E.F.

Como no referido livro vem afirmando: “O 1º ano do E.F não deve ser visto como o ano de se alfabetizar as crianças”, mas na prática esse ano é sim visto pelos docentes como o início da alfabetização das crianças, pois conforme podemos perceber na fala da docente Alicia que leciona no 1º ano, percebemos:

“... Eu sou docente alfabetizadora, e meu papel é alfabetizar as crianças, antigamente fazia isso na 1ª série e agora não vejo muita diferença, continuo

fazendo o mesmo, pois sou professor alfabetizador e o que percebo de mudança é que antes as crianças já chegavam sabendo escrever seu nome, conhecendo o alfabeto, o professor da pré-escola já trabalhava a oralidade, a desenvoltura deles e agora não, sou eu que o faço ainda, vejo isto de errado, pois as crianças já chegam do E.I com uma bagagem e agora estas que eram essenciais não estão mais sendo trabalhadas lá, o professor no 1º ano antiga 1ª série é que o faz. ”

Segundo os dados recolhidos através das entrevistas, vimos que os docentes ficaram um tanto surpresos com a mudança, apesar dos professores do 1º, 2º e 3º ano e os professores do Jardim III (Ultimo ano da E.I antes da mudança), terem recebido uma capacitação segundo os coordenadores entrevistados, como já firmamos anteriormente. Percebeu-se que os docentes receberam também material didático para se adequarem a essa nova realidade, como o livro “Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade”, livro este que todos os professores do 1º ano receberam e que também foi enviado para as escolas pelo MEC.

Ocorreram mudanças no trabalho docente que se expressa através do cumprimento de rotinas, as quais são estabelecidas visando o desenvolvimento do educando. Um exemplo dessas rotinas é o projeto “Lendo você fica sabendo”, que é efetuado no estado do Ceará no 2º ano, Alfabetizar Letrando que é executado no 1º ano e as rotinas do PAIC + ³ no 3º, 4º e 5º ano, estes projetos foram criados para auxiliar o programa PAIC, sendo destinado aos alunos em processo de consolidação da aquisição da leitura e da escrita, para ampliar as condições de letramento das crianças, para isso se utilizam de muitos textos infantis, historias literárias, CD’s de musicas, dentre outros atrativos, tais possuem metas que visam ampliar os saberes docentes e dos discentes, tendendo também aumentar a relação de afetividade entre os docentes e os discentes.

Ao longo do estudo percebemos que muitos professores não possuem muita noção do que é o Ensino de nove anos, acreditam que foi apenas uma mudança de nome e afirmam que o 1º ano é referido à antiga 1ª série, o que não é verídico, pois a 1ª série é referida ao 2º ano, e o 1º ano vem a ser o ultimo ano da pré-escola que foi retirado. Alguns dos docentes se referiram a mudança no ensino como sendo o PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA/PAIC, que é organizado pelo Estado do Ceará visando alfabetizar as crianças ate o

³ Programa de Alfabetização na Idade Certa. Programa estadual (Ceará), que visa uma aprendizagem mais eficiente para os educandos, direcionado ao 3º, 4º e 5º anos, criado em 2004.

final do 2º ano, tendo como objetivo apoiar os municípios cearenses na melhoria da qualidade do ensino, da leitura e da escrita nas séries iniciais do ensino fundamental, buscando a eliminação do analfabetismo escolar.

Percebemos isso claramente na fala de outra docente entrevistada:

“Acho o material fora da realidade do aluno. Livros com textos enormes, sem nenhuma gravura e nem um colorido para chamar a atenção da criança.”

Ficou-nos claro que eles não conseguiram distinguir essa diferença, pois o referido programa foi implantado após a mudança no ensino, tendo sido planejado para ajudar na alfabetização dos alunos e já vindo baseado na matriz curricular do Ensino de nove anos, não era em si parte da mudança, então como o PAIC foi implantado no município pouco tempo depois do ensino de nove anos, em 2010, apesar de ter sido criado em 2004, os docentes ainda estavam se adequando a nova maneira do ensino, então como o referido programa já estabelece uma rotina pronta a ser seguida, e com os conteúdos a serem trabalhados, tudo bem explicados, eles viram uma maneira melhor de se adequar a nova realidade, assim, por estes motivos eles relacionaram o tal programa estadual com a referida mudança nacional.

Como afirma a docente Alice:

No início fiquei sem entender um tempo, com medo de esta fazendo errado, era muito complicado planejar as aulas, mas quando as rotinas chegaram, aí entendi melhor, elas tem muitas coisas a seguir, mais são muito boas, tem uma sequencia pra gente seguir.

Sendo assim, segundo as entrevistadas, o resultado desta mudança foi positiva para os alunos, pois estes possuem mais tempo para se alfabetizarem, melhorando assim o ensino-aprendizagem no município.

Porém, de acordo com Bertini (2008), encontramos divergências relacionando com as falas das docentes:

Essa implantação de política pública educacional que amplia de oito para nove anos o Ensino Fundamental foi realizada envolvendo poucas discussões, portanto corre o risco de não ser garantia de possibilitar um aumento de

oportunidades de aprendizagem para as crianças de seis anos, principais sujeitos dessa mudança.

Podemos concluir que fazendo um estudo mais aprofundado de como essas políticas vem sendo implantadas, muitas vezes percebe-se que as mesmas na prática não alcançam o devido resultado esperado, enquanto docentes afirmam que foi uma mudança proveitosa na educação, os mesmos nem sabem realmente de que se tratam essas devidas ampliações no ensino.

4. As concepções do Currículo reformulado

Usando como aporte teórico o livro já referido “Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade”, nele vem exposto segundo seus organizadores: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento, que são as diretrizes que definem as propostas pedagógicas das escolas, baseados nos Princípios da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum; Princípios Políticos dos Direitos e Deveres da Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática; Princípios Estéticos da Sensibilidade, Criatividade e Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais, os conteúdos que devem ser ensinados nos primeiros anos, no E.F de nove anos devem envolver todos esses aspectos citados acima e ainda relacionando com as Ciências Sociais, as Ciências Naturais, as Noções Lógico-Matemáticas e Linguagens. É importante organizar os tempos e os espaços da escola para favorecer o contato das crianças com a natureza e com as tecnologias, visando sempre incentivar as crianças, fazê-las com que tenham curiosidade, com que passem a construir seus conhecimentos.

Deve-se promover a autonomia das crianças, o desenvolvimento destas, oferecendo um leque de conhecimentos, tanto de conteúdos essenciais (Português, Matemática, História, geografia, dentre outras disciplinas), como de conhecimentos gerais, culturais, históricos que também formam o indivíduo.

Um dos grandes objetivos do currículo reformulado na área de Linguagens é a educação estética, isto é, sensibilizar a criança para apreciar uma pintura, uma escultura, assistir a um filme, ouvir uma música. Na área de Noções Lógico-Matemáticas é encorajar as crianças a

identificar semelhanças e diferenças entre diferentes elementos, classificando, ordenando, fazendo com que os alunos troquem ideias, despertando sua lógica em relação aos conteúdos.

O professor deve repassar para seus alunos diversos valores como: Tolerância, respeito, deve encorajá-los a pensar, a discutir, a conversar, promovendo a inclusão de todos os discentes, valorizando a convivência social, a solidariedade, a cidadania, a coletividade. É importante que o cotidiano das crianças seja pleno de atividades de produção e de recepção de textos orais e escritos, tais como escuta diária da leitura de textos diversos, especialmente de histórias e textos literários, produção de textos, mesmo que as crianças não tenham domínio da escrita, pois nos anos iniciais da escolarização a criança deve se tornar segura sobre como funciona o sistema da escrita (Beauchamp, Pagel e Nascimento, Pág. 61).

Desta forma Bertini (2008) afirma:

Em todas essas referências, fica bastante clara a intenção de repensar e reestruturar o currículo, não só para essa nova classe, mas para todos os anos do Ensino Fundamental; também é bastante enfatizado o respeito à infância. Dessa maneira, os documentos existentes orientam que o currículo para essa nova série não deve ser nem o do último ano da Educação Infantil nem o do primeiro ano do Ensino Fundamental de oito anos e que o primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos não deve destinar-se exclusivamente à alfabetização. Os documentos e textos disponibilizados pelo MEC assumem a necessidade da elaboração de novas diretrizes, mas incumbem aos sistemas de ensino a definição dos conteúdos.

Então, percebe-se que é importante que o currículo não venha baseado em uma matriz curricular de um ensino passado, ou seja, o ensino fundamental de oito anos, deve ser algo diferenciado para abranger as necessidades dos alunos que por ventura surgiram e surgem, deste modo o professor deve ter um planejamento cuidadoso, assegurando o desenvolvimento pleno de todas as áreas do conhecimento, pois este primeiro ano do ciclo deve respeitar a singularidade das crianças, seus tempos, ritmos e formas de aprender, valorizando as suas dimensões física, cognitiva, psicológica e social, assim como o lúdico, a brincadeira, a criatividade e a inventividade, fundamentando-se nos princípios éticos, políticos e estéticos. Assim o ensino fundamental de nove anos, é um ensino que passa a ser visto não somente como repassar conteúdos, mas proporcionar ao educando um conhecimento mais amplo das áreas culturais que envolvem a sociedade em que estes se encontram.

5. Considerações finais

O presente artigo traz informações que dizem respeito às transformações que os docentes tiveram que enfrentar devido à mudança do ensino fundamental de oito para nove anos, que acarretou uma ampliação no currículo e no modo como estes lecionavam, pois antes os profissionais da educação trabalhavam muito arraigados a determinada atividade e hoje a maioria já mudou sua concepção de ensino, como de acordo com a fala da docente Alice: “Eu trabalhava antes de uma maneira totalmente tradicional, era só o ensino daquele conteúdo, me restringia a apenas repassá-lo para meus alunos, mas depois devido às diversas mudanças ocorridas no campo educacional, pude ampliar e organizar minha prática pedagógica, de tal forma que passei a direcionar minha metodologia de didática a concepção Construtivista, onde relaciono os conteúdos a serem desenvolvidos com a realidade dos discentes, incentivando-os a construir suas próprias reflexões dos conteúdos, levando-os a pensar de uma maneira mais crítica, criativa e os tornando autônomos diante das diversidades existentes na sociedade em que vivem”.

Com isto, podemos afirmar que a seguinte pesquisa foi enriquecedora para os nossos conhecimentos, apesar de termos ficado um tanto desapontados com os dados obtidos, por que por mais que tivemos o intuito de procurarmos professores capacitados, estes não demonstraram muito conhecimento a respeito do assunto, mas os mesmos nos ofereceram informações verdadeiras e benéficas na construção desta temática, que contribuíram diretamente para a nossa compreensão de como esta referida mudança afetou as escolas e principalmente os professores do município em análise. Contudo conseguimos adquirir um resultado próximo do que tínhamos almejado que seriam compreender quais foram os benefícios e malefícios da reformulação com relação ao currículo, de como os professores, discentes, as escolas e a sociedade em geral se adequaram a essa nova realidade, foi procurado discutir estes aspectos ao longo deste trabalho.

Portanto, diante dos fatos mencionados concluímos que apesar das dificuldades enfrentadas, esta mudança foi satisfatória em relação ao avanço da educação, juntamente é claro com a implantação de programas federais e estaduais, como o já citado PAIC, os quais em conjunto proporcionam uma revolução no ensino, causando uma evolução na educação do país. Dessa maneira compreendemos que a educação está mudando, se esta conseguindo obter

resultados satisfatórios e motivantes tanto ao corpo docente, como aos próprios alunos, e em geral a todas as pessoas que buscam uma vivência melhor e que entendem que é somente através de uma boa formação, de uma educação de qualidade, que se conseguir formar cidadãos capazes de refletir sobre suas atitudes, sobre suas concepções sociais diante de seus direitos e obrigações diante da sociedade.

6. Referências Bibliográficas

BARBOSA, M. C. S.; BAPTISTA, M. C. As crianças devem ingressar no ensino fundamental aos seis anos? *Pátio Educação Infantil*, v.1, n.1, p. 36-37, abr./jun. 2003.

BERTINI. Luciane de Fatima; CARAM. Adriana; CERMINARO. Regina Helena da S.; REALI. Aline M. de Medeiros Rodrigues; TANCREDI. Regina Maria S. Puccinelli. **Ampliação do ensino fundamental para nove anos: entre a teoria incompleta e a prática intempestiva.** *Educação em Revista*, Marília, v.9, n.2, p.65-78, jul.-dez. 2008.

BRASIL. Governo do Estado do Ceará. **Programa de Alfabetização na Idade Certa.** Disponível em: <<http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/historico/historia>> Acesso em: 29 de março de 2013.

BRASIL. Governo do Estado do Ceará. **Programa de Alfabetização na Idade Certa-PAIC.** Disponível em: <http://www.aprendereditora.com.br/novo/index.php?p=prog_aprenderpaic> Acesso: 30 de Março de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade.** Organização: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da educação Básica/ Secretária de Educação Básica. 2ª Edição, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretária de Educação Básica. **A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade.** Organização:

Francisca Izabel Pereira Maciel, Mônica Correia Baptista, Sara mourão Monteiro. 1ª Edição. Brasília, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.114**, de 16 de maio de 2005. Altera os arts. 60, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm> Acesso em: 26 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.274**, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm> Acesso em: 26 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

GODOY. Anterita Cristina de Sousa (Org). **Fundamentos do Trabalho Pedagógico**. Campinas, SP: editora Alínea, 2009.